
MANIFESTO EM DEFESA DE UMA EMBRAPA PÚBLICA E FORTE

No Brasil, a cada ano que passa, os volumes de exportação de produtos agrícolas são maiores. Uma exportação sustentada por investimentos públicos federais e concentrada em produtos, na sua maioria, do agronegócio, produzidos em grandes propriedades.

Por outro lado, contraditoriamente, o aumento da fome e da miséria também é crescente. Estudos apontam para 19,1 milhões de brasileiros que passam fome todos os dias e mais da metade da população do país, está mal alimentada. Enquanto exporta-se para receber em dólares, beneficiando um grupo pequeno de grandes produtores e empresas, na sua maioria multinacionais, os(as) brasileiros(as) compram alimentos em reais. A inflação dos alimentos é diariamente percebida pela população brasileira.

A diminuição de políticas públicas para agricultura familiar é uma das responsáveis por essa situação. A Agricultura Familiar e Camponesa é a garantidora da produção de alimentos saudáveis para abastecimento do mercado interno e nos últimos anos vem sendo atingida por perda de protagonismo nas prioridades do Governo Federal. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Rural – MDA e do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, o fim do Plano Safra específico da Agricultura Familiar, a fragilização com a redução ano a ano do volume de recursos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, a falta de estoques públicos de alimentos, anteriormente realizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento-Conab, são alguns dos muitos exemplos.

O governo federal vem exercendo aquilo que dizia abertamente desde o seu início, destruir! Atualmente vem com mais uma tentativa de destruição e entrega de conquistas históricas do povo brasileiro: **a privatização da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA.**

A Empresa pública Embrapa completa em abril 49 anos de existência a serviço da agricultura brasileira, com largos benefícios ao agronegócio, é verdade, mas também atendendo a agricultura familiar e camponesa. Debater a missão da Embrapa e monitorar seu desempenho deve ser tarefa permanente da sociedade, inclusive fazendo questionamentos sobre a pressão do capital a uma empresa pública, mas na atual conjuntura, é fundamental denunciar a tentativa de privatização deste importante instrumento da pesquisa pública brasileira.

A atual gestão, de forma arbitrária, está impondo uma reestruturação que deve resultar na explícita apropriação privada sobre um patrimônio público. Isso é mais um atentado à soberania nacional, como aconteceu com as fábricas de fertilizantes que hoje estão fazendo muito falta.

A atual direção da Embrapa, indicada diretamente por Bolsonaro e pela ministra da agricultura, Tereza Cristina, anuncia a reorganização institucional da Embrapa,

pretendendo transformá-la numa grande corporação privada. Contrata uma consultoria financiada por interesses privados do agronegócio e dos grandes proprietários de terras. Um processo nada transparente e sigiloso.

Uma instituição científica de reconhecimento internacional e de tamanha relevância para a agricultura brasileira não pode ser reestruturada num final de mandado de governo sem uma discussão com todos os setores da sociedade que se beneficiam de seus serviços. Que reestruturação é essa que nesse momento ficou necessária? A que interesses e a quem beneficia?

Os movimentos e organizações sociais da agricultura familiar e camponesa, da segurança alimentar e nutricional e do meio ambiente defendem uma EMBRAPA PÚBLICA E FORTALECIDA. A Agricultura Familiar é responsável pela maioria dos alimentos que vão a mesa dos brasileiros e brasileiras e, portanto, reivindica uma Embrapa que cada vez mais destine seus conhecimentos e recursos para agricultura familiar e camponesa, para o desenvolvimento da agroecologia e produção orgânica, desenvolvimento de tecnologias que respeitem o meio ambiente e propiciem a produção de alimentos saudáveis e para o mercado interno. O mundo está pedindo um redesenho mais sustentável dos sistemas agroalimentares e adaptação às mudanças climáticas; e a Embrapa tem um papel estratégico neste sentido.

Solidarizamo-nos aos trabalhadores e as trabalhadoras da Embrapa que estão sob forte pressão e assédio institucional, sofrendo perseguições políticas e o cerceamento da liberdade no desenvolvimento da pesquisa científica. Todo nosso apoio aos trabalhadores e ao seu direito de legítima organização sindical.

Não aceitaremos a realização de uma "reestruturação" da EMBRAPA sem o devido debate com a sociedade. E na condição de organizações que se beneficiam dos serviços da empresa pública, exigimos participar desse debate, de forma transparente e dialogada, no momento adequado, e não no último ano do governo. Por uma Embrapa pública a serviço da diversidade da agricultura brasileira!

- *Ação da Cidadania*
- *Agentes de Pastoral Negros – APN*
- *Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara – ABEFC*
- *Articulação Nacional de Agroecologia – ANA*
- *Articulação Nacional de Agroecologia na Amazônia – ANA Amazônia*
- *Articulação Semiárido Brasileiro – ASA*
- *Associação Brasileira de Agroecologia – ABA*
- *Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*
- *Central Única dos Trabalhadores – CUT*
- *Ciranda Internacional de Comunicação Compartilhada*
- *Coletivo Banquetaço*
- *Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG*

- *Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil – CONTRAF-Brasil-CUT*
- *Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida*
- *Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – CONAQ*
- *Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS*
- *Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP*
- *Comissão Pastoral da Terra – CPT Nacional*
- *Colegiado de Presidentes de Conseas Estaduais – CPCE*
- *Conferência Popular por Democracia, Direitos, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional*
- *Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas – FIAN Brasil*
- *Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE Solidariedade e Educação*
- *Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – FBSSAN*
- *Fórum Permanente em Defesa da Amazônia*
- *Greenpeace Brasil*
- *Instituto Hori Educação e Cultura*
- *Instituto Brasil Orgânico – IBO*
- *Instituto Sociedade População Natureza – ISPN*
- *Instituto Social Espaço Negro*
- *Movimento dos Pescadores e Pescadoras – MPP*
- *Movimento Urbano de Agroecologia – MUDA*
- *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST*
- *Movimento dos Atingidos pela Barragens – MAB*
- *Movimento dos Atingidos pela Mineração – MAM*
- *Movimento Camponês Popular – MCP*
- *Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA*
- *Movimento das Mulheres Camponesas – MMC*
- *Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional – Rede PENSSAN*
- *Rede Josué de Castro de Soberania Alimentar e Nutricional*
- *Rede de Agroecologia do Maranhão – Rama*
- *Serviço Franciscano de Solidariedade – SEFRAS*
- *União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES*
- *União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias – UNICOPAS*